

PRIES - CONO SUR

PROGRAMA REGIONAL DE TRABAJO POPULAR
ARGENTINA - BRASIL - CHILE - URUGUAY

Endividamento Externo e o Mondo do Trabalho no Brasil

MARCOS ARRUDA

Serie Materiales de Discusión

Nº 3

PRIES-CONE SUL é um **Programa Regional de Trabalho Popular** que se desenvolve na **Argentina, Brasil, Chile e Uruguay**, sob a instrumentação de 3 eixos de trabalho:

- **formação e assessoramento** a organizações sindicais, populares e ecumênicas;
- **pesquisa participante** sobre estruturas e estratégias financeiras e industriais dos grupos econômicos multinacionais e locais, bem como as do Estado;
- **apoio à elaboração, junto aos atores sociais, de estratégias alternativas**, nacionais e regionais, de transformação social e desenvolvimento.

PRIES-CONE SUL forma parte do Grupo de Trabalho: "Empresarios e Estado" do **CLACSO** (Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais) e da rede de organismos não-governamentais coordenada pelo **FONDAD** (Forum on Debt and Development).

ENDIVIDAMENTO EXTERNO E O MUNDO DO TRABALHO

INDICE

- I — Dívida Externa, Empobrecimiento e Submissão
- II — Efeitos Sobre o Conjunto dos Trabalhadores
 - A — Efeitos Sobre os Trabalhadores e Pequenos Proprietários Rurais
 - B — Efeitos Sobre os Trabalhadores Urbanos
 - C — Efeitos Sobre os Trabalhadores dos Países Industrializados
- III — Desendividamento o Desenvolvimento com Soberania

Rio de Janeiro, Junho de 1988

I — Dívida Externa, Empobrecimento e Submissão

A crise do endividamento externo brasileiro tem raízes profundas. Ela resulta da escolha feita pelas elites brasileiras e estrangeiras em favor de um **modelo de desenvolvimento que identifica modernização com os padrões de produção, consumo e comportamento adotados nos países capitalistas industrializados e disseminados pelas empresas e bancos transnacionais**. No Brasil, desde os anos 50, este modelo de modernização tem se baseado num mito, que os poderosos apresentam como uma verdade inquestionável: **“O Brasil só pode crescer e se tornar uma economia moderna se aceitar a dependência de empréstimos e investimentos estrangeiros”**. O fato é que, para a sociedade como um todo, **este modelo historicamente é um fracasso**. E, enquanto este mito prevalecer, o Brasil não deixará de ter uma posição subordinada e carente de soberania no supra-sistema do capital mundial; e, mesmo, que consiga anular amanhã o total da sua dívida externa de US\$ 121,3 bilhões (dez/87, segundo dados preliminares do Banco Central de março/87, segundo dados preliminares do Banco Central de março/88), depois de amanhã será do novo o maior devedor do Terceiro Mundo.

Desde o início dos anos 70, o endividamento externo passou de subsidiária a fundamental fonte de financiamento do modelo de acumulação de capital. Só no período 1969-87, **o Brasil pagou US\$ 170 bilhões de serviço da dívida externa, sendo US\$ 101 bilhões só de juros!** No entanto, a dívida externa brasileira **em vez de diminuir, aumentou** de US\$ 4,4 bilhões em 1969 (começo do governo Médici), a US\$ 18,5 bilhões em 1974 (começo do governo Geisel), a US\$ 55,8 bilhões em 1979 (começo do governo Figueiredo), a US\$ 105,1 bilhões em 1985 (começo da “Nova República”), a US\$ 121,3 bilhões em dezembro de 1987. Este fenômeno — **quanto mais o Brasil paga, mais deve** — é que configura o **círculo vicioso “definitivo” do endividamento externo**. “Definitivo” enquanto for mantido o modelo de desenvolvimento e os atuais termos de negociação e de pagamento internacional.

A través deste círculo vicioso, os credores arrancaram, só no período 1980-8 **US\$ 50,3 bilhões a mais do que os recursos que entraram no país**. O endividamento externo representa uma

forma moderna do tributo que as metrópoles cobravam dos povos colonizados. Esta **dêscapitalização** significa que recursos que podiam servir para os trabalhadores e as empresas produzirem riquezas e bem-estar para a Nação, estão servindo de fato **para financiar a nova etapa de automação das economias ricas do hemisferio norte e das grandes empresas e bancos transnacionais**. O Brasil, e os outros países devedores do Terceiro Mundo, estão sendo "definitivamente" amarrados a uma posição de **subordinação científica e tecnológica** e, portanto, à **renúncia da autodeterminação e da soberania**.

O período 1980-87 ilustra bem que o endividamento externo tornou-se **um círculo vicioso desastroso** para a economia do país e para as maiorias empobrecidas da sociedade. Neste período o Brasil **pagou US\$ 121 bilhões como serviço da dívida externa**, sendo US\$ 82 bilhões só de juros. **Apesar disso, a dívida cresceu** de US\$ 64,2 bilhões em 1980 para US\$ 121,3 bilhões em 1987 (um aumento de 88 % contra apenas 13 % de aumento de PIB)! Isto porque grande parte dos empréstimos em moneda estrangeira **tinham por fim pagar os juros sobre os empréstimos anteriores**. Ainda mais terrível é pensar que o total do serviço da dívida no período eram US\$ 160 bilhões! A diferença foi **renegociada** isto é, seus prazos de vencimento foram dilatados e sobre ela pagaremos ainda mais juros no futuro. **Se tivéssemos pago o total previsto, teríamos transferido US\$ 90 bilhões líquidos para o exterior**, em vez dos US\$ 50,3 bilhões que transferimos no período.

No plano social, este círculo vicioso vem apenas **agravar o estado permanente de crise em que vivem os trabalhadores da Nação brasileira**. **O mito de que o capital financeiro e industrial estrangeiros são indispensáveis para o desenvolvimento do país** tem servido de base de apoio para a definição de políticas que têm resultado numa **concentração dramática da renda em favor dos países ricos do hemisferio norte e das elites enriquecidas do proprio Brasil**. Os efeitos perversos deste círculo vicioso sobre os trabalhadores podem ser examinados de diferentes ângulos: sobre o conjunto dos trabalhadores brasileiros, sobre os trabalhadores e pequenos proprietários rurais, sobre os filhos dos trabalhadores e sobre os trabalhadores dos próprios países industrializados.

II — Efeitos sobre o conjunto dos trabalhadores

Existem efeitos diretos do endividamento sobre os trabalhadores, e efeitos resultantes das medidas de “ajuste” económico impostas pelos credores, via FMI, para viabilizar o pagamento em dia do serviço da dívida externa.

Entre os **efeitos diretos** temos:

a) Em 1986, 90 milhões de brasileiros se alimentavam abaixo do mínimo estabelecido como essencial pela Organização Mundial da Saúde; cerca de um terço dos trabalhadores brasileiros ocupados ganhavam até um salário mínimo. No Quadro 1 mostramos que se os governos responsáveis pelo crescente endividamento tivessem querido, **podiam ter erradicado a pobreza absoluta e a desnutrição** com os recursos que preferiram enviar para o exterior como pagamento dos juros da dívida externa.

QUADRO 1

Equivalencia entre os juros pagos da dívida externa e o número de salarios mínimos/ano, por período de governo 1969-1987

Data	Governo	Juros Pagos (US\$B)	Nº de Sals.	Míns./ano
1969-73	Médici	1,6	600.000	
1974-78	Geisel	10,5	2.200.000	
1979-84	Figueiredo	57,4	13.300.000	
1985-87	Sarney	25,1	15.212.000	
Total dos 19 anos		94,6	136.436.000	

Fonte: PACS-PRIES/CS, a partir de dados do Banco Central.
Sal. Mín. médio do período, calculado em dólares correntes.

b) A isto somemos duas formas de **transferencia dos custos da crise para as massas assalariadas**. Uma, através da “renúncia fiscal”: entre 1973 e 1985 os sucessivos governos militares conseguiram gerar uma **perda acumulada de receita correspondente a US\$ 153 bilhões** (em dólares de 1985), quase uma vez e meia o valor da dívida externa de 1985! Uma parte substancial desta perda deveu-se aos **incentivos e subsidios ao setor privado** quase

uma vez e meia o valor da dívida externa de 1985! Só em 1988, esta sangria vai alcançar Cz\$ 1,3 trilhões, cerca de 30 % da arrecadação tributária deste ano e sua eliminação geraria uma redução do déficit público de 7 % para 4,4 % este ano. Estas perdas de receita federal, somadas ao que os governos tem transferido para o exterior como serviço da dívida pública externa, são, pois, **dois dos principais fatores responsáveis pelo déficit público**. Mas governo e empresários preferem ignorar isto e pôr a culpa nos gastos produtivos e sociais do Governo e nos assalariados. Daí a política de estrangulamento daqueles itens no orçamento Federal e o **arrocho salarial**: **Somente entre Setembro/87 e Março/88, a inflação cresceu 136,9 % ao passo que os salários reajustados pela URP cresceram apenas 63,2 %**. Isto representa uma perda do poder aquisitivo em relação a inflação de 46,3 % em seis meses!

c) A outra forma de privatização de benefícios e socialização das perdas é, por um lado, o fato o **Estado assumir os onus dos empréstimos privados** que não são repassados ou que se tornam demasiado onerosos para as empresas; por outro, **ao aumentar extraordinariamente a emissão de dinheiro e a dívida pública interna via lançamento de títulos associados a altas taxas de juros, o estado completa o processo de transformar as empresas e bancos privados de devedores em credores do sector público**. Eis, portanto, o **terceiro fator responsável pelo déficit público: o pagamento pelo Estado de enormes quantias anuais sob a forma de juros da dívida interna**. O preço para o povo, em particular as classes trabalhadoras, é **triplo**: primeiro, a **inflação** desabrida, que corrói o poder de compra dos salários e estimula políticas de desestímulo ao crédito; segundo, o **acaparamento pelo sector privado de recursos** indispensáveis para o desenvolvimento do país e para o alívio das necessidades das maiorias; e, terceiro, a **sobrecarga de impostos e preços exorbitantes de tarifas de serviços públicos**, para compensar aquelas perdas de receita em favor dos grandes empresários e banqueiros.

Entre os **efeitos indiretos**, temos o leque de consequências sociais das receitas de "ajustes sugeridos" pelos credores, diretamente ou via FMI e Banco Mundial, e impostos à Nação na forma de "**pacotes**", seja pelos governos militares, seja pela desmoralizada "Nova República". Tais pacotes são apresentados ao País como vias indispensáveis para superação do círculo vicioso da crise económica, mas **sua intenção fato é viabilizar o pagamento integral, em dia e a qualquer custo, do serviço da dívida externa**. Vejamos algumas dessas consequências.

A — Efeitos sobre os trabalhadores e pequenos proprietários rurais

Estas são camadas sociais altamente afetadas pela crise:

a) O pilar de sustentação do receituário do FMI, aplicado ao Brasil de forma drástica entre 1981 e 1984 e de novo em voga sob a nova roupagem de **"ajuste estrutural"**, se traduz em **recessão do mercado interno** e **máximas facilidades para o crescimento da produção para a exportação**. Diversas formas de incentivos e subsídios tornam a atividade exportadora e agro-exportadora particularmente atraentes gerando a tendência á **conversão de terras antes dedicadas a produção de alimentos básicos para que agora produzam, a preços subsidiados, para alimentar os já sobrealimentados** países ricos. Às desvalorizações cambiais diárias, por sua vez, empurram para cima os preços das importações e elevam ainda mais o índice geral do inflação.

b) Os trabalhadores rurais e pequenos produtores **tem perdido suas terras para grandes empresas rurais** —um número crescente das quais controladas por grandes grupos econômico-financeiros. Um dos maiores grupos bancários privados em 1987, sozinho, controlava ou participava do controle de mais de 100 imóveis rurais, cuja área total era de quase um milhão de hectares estando mais de $\frac{3}{4}$ desta classificados pelo **MIRAD** como **latifúndios**. Os trabalhadores sem terra ou com terra insuficiente para subsistir chegaram a 12 milhões em 1985. São forçados a tornar-se bóias-frias ou a migrar maciçamente para as favelas das cidades, caindo no **círculo vicioso do desemprego/subemprego, desnutrição, pobreza e violência**. Contudo, uma reforma agrária que reimplantasse esses 12 milhões de trabalhadores no campo e os tornasse produtivos, seria possível com pouco mais de $\frac{1}{3}$ (US\$ 18 bilhões) dos dólares exportados a mais que os que entraram no Brasil entre 1980-87. Uma tal política permitiria um planejamento da produção agrícola muito mais adequado e teria, certamente, dois efeitos: um, ativaria a produtividade agrícola e, o outro, reduziria fortemente a inflação tanto dos preços dos alimentos básicos quanto dos de uma gama de produtos agrícolas exportáveis.

c) É preciso mencionar que a concorrência dos países endividados do Terceiro Mundo para colocar suas exportações tec-

nológicas, tem levado a uma **depressão crescente dos preços dos nossos produtos de exportação** (toda melhora nos termos de troca em favor do Terceiro Mundo tem sido pontual e passageira). Calcula-se que entre 1973-85, o Brasil tenha perdido por esta via uma cifra equivalente a US\$ 41,2 bilhões! Aí está **outro fator de enca-recimento da vida das maiorias**, com efeitos devastadores também para os pobres das cidades. A cesta básica de alimentos, que em 1977-81 correspondia a 130-140 horas de trabalho de alguém que ganhava o salário mínimo, passou a corresponder a 194 horas em dezembro/84 (fim do período depressivo).

B — Efeitos sobre os trabalhadores urbanos

Entre os efeitos da crise do endividamento sobre os trabalhadores urbanos, registramos:

a) Uma parte importante do “ajuste” consiste em **arrochar os salários para, reduzindo a demanda interna, facilitar a transferencia de investimentos para o sector externo**. Sabemos das perdas desastrosas sofridas pelos salários reais durante o “império” de Delfim Netto. Com a garantia dos militares, ele instituiu mecanismos de compressão salarial em relação aos preços que elevaram as taxas de todos os índices de pobreza, desnutrição e mortalidade do país. Depois de um breve período de aumento real do poder aquisitivo dos salários (43 % em 1986) enquanto vigorava o Plano Cruzado I, os salários reais dos trabalhadores urbanos, sobretudo —mas não só— dos operários da produção, das mulheres e crianças trabalhadoras, voltaram a cair, sobretudo a partir da implantação do Plano Bresser/Sarney. Agora, discute-se mais uma **desastrosa e intencionalmente equivocada reforma da política salarial**: em mira, a URP —o índice que tem comandado os reajustes mensais dos salários é que, pela primeira vez em março/88 supera por dois décimos de ponto percentual a taxa da inflação. As estatísticas mostram também que, **sempre que o governo consegue aumentar o saldo comercial do país, o faz à custa da queda no consumo interno e acentua a tendencia a uma aceleração dos preços no mercado interno**.

b) Mesmo que não se observe uma tendência constante ao aumento do desemprego, é certo que **o subemprego e as atividades clandestinas (sector informal ou submerso) tem aumentado**

formidavelmente. É inevitável que, em consequência, estejam crescendo os índices de marginalização, favelização, empobrecimento e violência urbana.

C — Efeitos sobre os trabalhadores dos países industrializados

A crise brasileira do endividamento tem também um efeito “boomerang” sob os próprios países industrializados, em especial sobre as classes trabalhadoras, a saber:

a) O efeito mais evidente dos ajustes impostos ao Terceiro Mundo para viabilizar o pagamento em dia dos juros da dívida externa é a **perda maciça de empregos** na agricultura e em certas indústrias do Hemisfério Norte (bens de capital, por exemplo), sobretudo dos EUA. Um cálculo apresentado ao Comité Económico Conjunto do Congresso dos EUA revelou em junho de 1985 uma perda de 800.000 empregos resultante da crise do endividamento latinoamericano apenas (Debt Crisis Network, “From Debt to Development”, IPS, Washington DC, 1986, p. 13).

b) Enquanto **contribuintes** também, as maiorias dos países industrializados tem sido afetadas pela crise do endividamento do Terceiro Mundo, especialmente **quando seus governos utilizam dinheiro público para cobrir as dificuldades de grupos bancários credores do terceiro mundo**. É o caso do Continental Illinois, cuja crise estava ligada à insolvência do setor agrícola norte-americano e à dívida externa latino-americana; entre 1986 e 1987 o banco custou aos contribuintes cerca de US\$ 4,5 bilhões, um US\$ 20 por pessoa (H. Wachtel, “The New Gnomes: Multinational Banks in the Third World”, TNI, Washington DC, p. 37).

III — Desendividamento e desenvolvimento com soberania

Em conclusão: **mantidos os termos e a situação atuais, o Brasil está caminhando para um redemoinho de instabilidade econômica e social desastrosa tanto para a nação como para os países credores. Por outro lado, não existe solução de curto**

prazo que não passe pelo cancelamento parcial ou total da dívida externa. E para o País alcançar clareza a respeito de quanto é legítimo cancelar sem desnacionalizar nosso parque industrial e sem prejudicar a nação, são indispensáveis, primeiro, uma auditoria pública envolvendo o Congresso nacional e as organizações representativas da sociedade e, segundo, a participação ativa do Congresso nacional e da sociedade civil na definição de uma nova política para lidar com a dívida externa.

Por outro lado, não existe solução de longo prazo que não passe pela escolha de um modelo de desenvolvimento e modernização diferente do atual, auto-sustentado e harmônico, fundado na primazia do trabalho, na auto-determinação, na soberania nacional e na solidariedade entre os povos. Visando estes objetivos, articula-se atualmente um Forum Internacional sobre a Dívida e o Desenvolvimento, associado a uma Campanha Internacional contra o Endividamento Externo, que busca mobilizar as organizações sociais do Terceiro Mundo e dos países industrializados para uma ação firme e concertada em busca não apenas de um "ajuste", mas de uma mudança estrutural nas relações de poder e de intercambio a nível nacional e internacional.